

**DESPACHO**

Processo nº 02810010.000791/2022-63

Interessado: AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO - ANP, DIRETORIA GERAL

Verifica-se nos autos a existência de um parecer técnico (anexado no presente processo - documento nº 14096095) expedido pela equipe deste núcleo no dia 29/10/2020, sobre a área de Graúna, cujo os processos de referência são:

Processo IDEMA 2020-154737/TEC/DOEXT-0602;

Ofício nº 783/2020/SSM/ANP-RJ;

Processo ANP nº 48610.213040/2019-86;

Vale ressaltar, que foi encaminhado à este núcleo outro processo SEI, aberto no 08/03/2022 (processo nº 02810010.000920/2022-13), no qual a ANP encaminhou ofício que trata da mesma área.

Ademais, em relação às solicitações apresentadas no documento nº 13291104, seguem:

a) Identificação de licenças e autorizações estaduais aplicáveis às atividades de petróleo e gás;

Em consulta à LEI COMPLEMENTAR Nº 272, DE 3 DE MARÇO DE 2004, verifica-se no âmbito estadual as seguintes licenças e autorizações aplicáveis às atividades de petróleo e gás.

(...)

Art. 46. A construção, a instalação, a ampliação e o funcionamento de estabelecimentos e atividades relacionados com o uso de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como, os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento por parte da Entidade Executora, integrante do SISEMA, sem prejuízo de outras exigências.

(...)

I – Licença Prévia (LP)

II – Licença de Instalação (LI)

III – Licença de Operação (LO)

IV – Licença Simplificada (LS)

V – Licença de Regularização de Operação (LRO)

VI – Licença de Alteração (LA)

VII – Licença de Instalação e Operação (LIO)

Em específico para o licenciamento de perfuração de poços:

(...)

Art. 47. Serão exigidas, especificamente, no processo de licenciamento para a perfuração de poços para a identificação ou exploração de jazidas de combustíveis líquidos e gás natural e, as seguintes licenças:

I – Licença Prévia para Perfuração (LPPer)

II – Licença Prévia de Produção para Pesquisa (LPpro)

III – Licença de Instalação (LI)

IV – Licença de Operação (LO)

Parágrafo único – As demais atividades petrolíferas ficarão sujeitas ao licenciamento previsto no art. 46 desta Lei Complementar. (Redação dada pela Lei Complementar nº 336/06)

b) Eventual sobreposição com unidades de conservação e suas zonas de amortecimento;

Conforme Parecer Técnico (14096095) a área a ser ofertada não se encontra em sobreposição com unidades de conservação e suas zonas de amortecimento.

c) Em caso da identificação de sobreposição da área proposta para oferta com Unidades de Conservação da categoria de Uso Sustentável ou zonas de amortecimento e corredores ecológicos de quaisquer Unidades de Conservação, indicar se existem óbices à oferta da área conforme os polígonos propostos, ou se devem ser realizados recortes ou exclusão da área, com as quais a atividade de exploração e produção de petróleo e gás natural não seria compatível em vista das restrições ambientais, mesmo quando adotadas as melhores práticas da indústria;

Conforme Parecer Técnico (14096095) a área a ser ofertada não se encontra em sobreposição com unidades de conservação e suas zonas de amortecimento.

d) Restrições ou recomendações que poderão afetar o licenciamento ambiental de atividades nessa área;

Conforme Parecer Técnico (14096095):

É indispensável que as empresas interessadas verifiquem a sobreposição das áreas especificadas, respeitando as restrições legais em vigor. Destaca-se, ainda, que para localizar, instalar ou operar as atividades/empreendimentos da indústria petrolífera na referida área, o empreendedor deve realizar previamente o devido licenciamento ambiental no órgão competente, o IDEMA, apresentando os estudos ambientais exigidos. Quando necessário, conforme disposto em lei, o empreendedor deverá solicitar também a Autorização para Supressão Vegetal para Uso Alternativo do Solo (Sveg). Considerando que todo processo operacional apresenta riscos de ocorrência de incidentes e acidentes ambientais, os quais podem ocorrer por motivos variados, e que a atividade de exploração de hidrocarbonetos é caracterizada como poluidora e degradadora do meio ambiente, são necessárias medidas mitigadoras e programas de ação preventiva e corretiva para minimizar os impactos negativos ocasionados ao longo do processo produtivo de combustíveis fósseis e interferência humana junto ao meio ambiente. Como exemplos de medidas mitigadoras, podem-se citar a elaboração e execução por parte das empresas, do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), Plano de Ação de Emergência (PAE) e utilização de pisos impermeabilizados e bacias de contenção para mitigação de vazamentos nas áreas de tancagem e/ou locações de poços

As condicionantes a serem aplicadas em geral dependem do tipo de empreendimento, da fase do licenciamento ambiental em que este se encontra e das particularidades identificadas durante a análise técnica. Como exemplos de condicionantes gerais que podem ser aplicadas pelo IDEMA, temos:

“A licença ambiental não dispensa ou substitui quaisquer alvarás ou certidões, de qualquer natureza, porventura exigidos pelas Legislações Federal, Estadual ou Municipal”;

“O empreendedor é responsável pela preservação ambiental, devendo tomar medidas preventivas e de mitigação contra a ocorrência de acidentes/incidentes que possam causar danos, bem como controlar os impactos negativos em razão de sua atividade. Em caso de ocorrência de danos ambientais deverão ser tomadas, imediatamente medidas corretivas, e ainda, comunicar ao IDEMA”; e,

“O empreendedor deve realizar o monitoramento sistemático, mantendo permanentemente limpo e em boas condições de funcionamento todos os equipamentos, acessórios, instrumentos de apoio à segurança e a operação, para garantir os padrões de qualidade ambiental”.

Também podem ser incluídas condicionantes específicas exigindo das empresas a realização de compensação ambiental, ações de automonitoramento, apresentação de relatórios e estudos ambientais, assim como implementação de projetos ou planos com finalidades socioambientais.

e) Eventual sobreposição com áreas de ocorrência de espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção;

Toda a exploração Onshore do Rio Grande do Norte e possíveis campos a serem ofertados ocorrem em área que predomina o bioma Caatinga. Este bioma é exclusivo do Brasil e é composto por espécies adaptadas ao regime climático marcado por períodos de estiagem prolongados e outras especificidades dos habitats que compõem o bioma supracitado.

Os esforços destinados ao estudo da Caatinga no Rio Grande do Norte vêm aumentando nos últimos anos, estudos recentes apontam ocorrência de determinadas espécies ameaçadas de extinção. Com as informações obtidas até então não é possível descartar a ocorrência de espécies da fauna e flora ameaçadas nos blocos a serem ofertados.

Em relação a flora:

Segundo ICMBIO 2022 o desmatamento, principalmente para fins energéticos e agrícolas, é o maior responsável pela alteração do bioma; calcula-se que 42,3% da sua cobertura vegetal original já sofreu algum tipo de modificação e 52% do bioma sofre com problemas de degradação.

No Rio Grande do Norte (RN), a Savana-Estépica (Caatinga) é a tipologia predominante nas áreas classificadas como floresta, representando cerca de 91 % das áreas de florestas do estado (2 milhões de hectares) (Serviço Florestal Brasileiro, 2018). Dentro das áreas com potencial para atividade petrolífera onshore no RN, existem registros ao longo de espécies ameaçadas como é o caso é o caso da *Griffinia gardneriana* (Herb.) Ravenna; daquelas endêmicas como é o caso da (*Caatinganthus* e *Haptocarpum*), e deve-se salientar segundo o Serviço Florestal Brasileiro (2018) aquelas espécies de relevante interesse social como é das espécies *jurema*, o *marmeleiro* e a *ameixa-do-mato*.

Ainda em relação aos recursos florestais (Queiroz et al, 2017) verificou onze gêneros endêmicos que têm preferências ecológicas pela Caatinga Cristalina: três são disseminados (*Caatinganthus*, *Dizygostemon* e *Neesiochloa*); dois habitam a Depressão Sertaneja Setentrional (*Ameroglossum* e *Piqueriella*); e os seis gêneros restantes são encontrados na Depressão Sertaneja Meridional (*Epostopsis*, *Haptocarpum*, *Holoregmia*, *Hybanthopsis*, *Keraunea* e *Tabaroa*).

Vertebrados:

São conhecidas 1.400 espécies de vertebrados que ocorrem na Caatinga, 23% destas são endêmicas (Garda et al., 2018).

Na região da bacia do Rios Apodi-Mossoró e da bacia do Piranhas-Açu, onde verifica-se atualmente os empreendimentos petrolíferos já instalados, podem ser verificadas 103 espécies de peixes (Rosa et al, 2017). Ainda segundo os autores, dentre outras destaca-se a ocorrência de *Pseudancistrus* no nordeste do Brasil, gêneros desta espécie foram coletados apenas nas bacias dos rios Jaguaribe e Piranhas-Açu, atualmente são identificados como *P. genisetiger*.

Marques et al, 2021 ao estudar a herpetofauna do Rio Grande do Norte registrou a ocorrência de 13 espécies exclusivamente na Caatinga (*Apostolepis longicaudata*, *Boiruna sertaneja*, *Crotalus durissus*, *Erythrolamprus miliaris*, *E. mossoroensis*, *Helicops angulatus*, *H. leopardinus*, *Leptodeira annulata*, *Lygophis dilepis*, *Phimophis guerini*, *Sibon nebulatus*, *Thamnodynastes almae*, and *T. sertanejo*). Ainda nas palavras dos autores, destas espécies a IUCN lista *Crotalus durissus* e *Lygophis dilepis* como status Preocupante.

No que diz respeito a riqueza de espécies de Anfíbios, Garda et al (2018), apontam a existência de quatro espécies endêmicas associadas aos ambientes de baixada caracterizados pela típica vegetação xerófila (vegetais que desenvolvem estruturas especiais para sobreviver em meio semiárido e desértico) da Caatinga. Vale ressaltar que este tipo de vegetação predomina nas áreas a serem ofertadas.

Araújo & Silva (2017) registraram na Caatinga a ocorrência de 548 espécies de pássaros de 74 famílias. Ainda segundo os autores, trinta e cinco destas espécies estão classificadas como ameaçadas, segundo IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza) ou pelo Governo Brasileiro. Segundo os autores 83% destas têm baixa capacidade adaptativa, enquanto 17% apresentando média capacidade adaptativa.

Ainda há, na maior parte da Caatinga do Rio Grande do Norte, lacunas quanto à ocorrência de mamíferos, como já apontado por Mares et al., (1981). Embora esta situação persista atualmente (Carmignotto & Astúa 2017), nos últimos anos, estudos que abordam a ocorrência de espécies de mamíferos médio e grande porte no estado têm se tornado mais comuns (eg. Marinho et al., 2020, 2021).

Invertebrados:

Estes organismos são os mais abundantes e desempenham importantes papéis ecológicos, em geral são negligenciados pelo público, o que reflete na existência de lacunas de informação. As abelhas são representantes importantes, estima-se que existam 187 espécies de abelhas na caatinga, distribuídas em 77 gêneros (Embrapa 2021) com alto grau de endemismo. São organismos sensíveis a mudanças em seu habitat, principalmente a perda de vegetação. Segundo Embrapa (2021), no semiárido, há produtores que se dedicam à meliponicultura ou criação de abelhas sem ferrão, mesmo em áreas urbanas. A principal espécie utilizada para a produção de mel é a mandacariá (*Melipona mandacariá*).

Outros importantes representantes dos invertebrados são as formigas, segundo Leal et al., 2017, foram verificados 572 registros de presença e 279 espécies ou morfoespécies em 37 locais da caatinga.

Os atuais registros ainda são incipientes, o que incide na impossibilidade de informar por parte deste IDEMA se ocorrem ou não espécies ameaçadas nas áreas de interesse.

f) Eventual restrição ou recomendações de uso da terra contidas em zoneamento ecológico-econômico legalmente instituído; e

A área a ser ofertada não se encontra em área de zoneamento ecológico-econômico legalmente instituído pelo Estado do Rio Grande do Norte. Ademais, foi observado que na área de interesse e suas proximidades estão localizados projetos de assentamento de reforma agrária, fazendo-se necessário posteriormente que as empresas realizem as devidas consultas às instituições responsáveis, tais como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar (SEDRAR/RN). Consultar mapa anexado no processo documento nº 13778174.

g) Quaisquer outras informações julgadas relevantes para o processo de decisão sobre a oferta dessa área e para as eventuais empresas interessadas no desenvolvimento de atividades na área ofertada.

Verificar em: Parecer Técnico documento nº 14096095.

Referências:

Araújo H., G., P. e Silva J., M., C.. The Avifauna of the Caatinga: Biogeography, Ecology, and Conservation in Caatinga: the largest tropical dry forest region in South America. Filho, E. M.; Leal, I. R.; Tabarelli, M. (eds.) Springer-Verlag, Berlin, 2017.

Carmignotto A., P., e Astúa D., Mammals of the Caatinga: Diversity, Ecology, Biogeography, and Conservation in Caatinga: the largest tropical dry forest region in South America. Filho, E. M.; Leal, I. R.; Tabarelli, M. (eds.) Springer-Verlag, Berlin, 2017.

GARDA, Adrian Antonio et al. Os animais vertebrados do Bioma Caatinga. Ciência e Cultura, v. 70, n. 4, p. 29-34, 2018.

MARQUES, Ricardo et al. Species richness and distribution patterns of the snake fauna of Rio Grande do Norte state, northeastern Brazil. Anais da Academia Brasileira de Ciências, v. 93, 2021.

MARINHO, PAULO HENRIQUE; DE ARAÚJO, FERNANDA REIS ; GRANGEIRO, RAISSA PRAXEDES ; DE AZEVEDO, FERNANDA CAVALCANTI ; LEMOS, FREDERICO GEMESIO . Where does the fox stay? First camera trap records of the threatened hoary fox *Lycalopex vetulus* (Carnivora, Canidae) in a xeric habitat of a neotropical dry forest-savanna ecotone. Mammal Research, v. 2021, p. 1, 2021.

MARINHO, PAULO HENRIQUE; FONSECA, CARLOS ROBERTO ; SARMENTO, PEDRO ; FONSECA, CARLOS ; VENTICINQUE, EDUARDO MARTINS . Temporal niche overlap among mesocarnivores in a Caatinga dry forest. EUROPEAN JOURNAL OF WILDLIFE RESEARCH, v. 66, p. 34, 2020.

Mares MA, Willig MR, Streilein KE, Lacher TE Jr (1981) The mammals of northeastern Brazil: a preliminary assessment. Ann Carnegie Mus Nat Hist 50:80-137

Queiroz, L. P.; Cardoso D.; Fernandes M. F. Moro M. F; Diversity and Evolution of Flowering Plants of the Caatinga Domain in Caatinga: the largest tropical dry forest region in South America. Filho, E. M.; Leal, I. R.; Tabarelli, M. (eds.) Springer-Verlag, Berlin, 2017, pp. 97-131.

ICMBIO (2022) <https://www.icmbio.gov.br/portal/protecao/149-menu-o-que-fazemos/4260-caatinga> ACESSO EM: 21/03/2022

Serviço Florestal Brasileiro (2018), (<https://www.florestal.gov.br/documentos/informacoes-florestais/inventario-florestal-nacional-ifn/resultados-ifn/3991-resultados-ifn-rm-2018/file> ACESSO EM 21/03/2022)

Ribeiro M., F., Embrapa. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Agência Embrapa de Informação Tecnológica. 2021. Disponível em: https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/bioma_caatinga/arvore/CONT000g5twggzg02wx5ok01edq5s5hfa3sp.html#:~:text=Ag%C3%Aancia%20Embrapa%20Acesso em: 26/04/2022.

Rosa, R. S; Lima, S. M. Q.; Ramos, T. P. A.; Da Silva, M. J.. Diversity, Distribution, and Conservation of the Caatinga Fishes: Advances and Challenges in Caatinga: the largest tropical dry forest region in South America. Filho, E. M.; Leal, I. R.; Tabarelli, M. (eds.) Springer-Verlag, Berlin, 2017.

Sendo o que nos cabe, remetemos este processo para que seja respondido oficialmente à ANP, este núcleo encontra-se à disposição.

Natal, 25/04/2022



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Farias Nóbrega, Bolsista**, em 02/05/2022, às 20:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **14100089** e o código CRC **79BCBD79**.